

## **O conceito de intencionalidade em Franz Brentano**

Gabriel Lemes Duarte<sup>1</sup>  
Orientação: Prof. Dr. Pedro Monticelli

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo estudar o conceito de intencionalidade presente no filósofo alemão Franz Clemens Brentano, por meio de um recorte da sua exposição na sua obra *Psicologia de um ponto de vista empírico*, publicada pela primeira vez em 1874. A intencionalidade desempenha um importante papel para a delimitação dos objetos da psicologia enquanto ciência dos fenômenos psíquicos, pois marca a característica distintiva que faz com que um fenômeno caia sobre o conceito de psíquico. No entanto, o termo in-existência intencional no sentido aristotélico medieval utilizado para caracterizar este aspecto próprio trouxe certos problemas para a interpretação dessa tese, atribuindo-lhe um sentido ao status ontológico que desvirtua, simultaneamente, o seu sentido psicológico. Este artigo apresentará essa interpretação em linhas gerais e uma contraposição interpretativa da intencionalidade como uma descrição da consciência a partir do seu aspecto distintivo e característico, apresentando ao final como a intencionalidade serviu para a classificação dos fenômenos psíquicos fundamentais e como a noção de relação intencional se modificou no segundo momento do desenvolvimento do pensamento de Brentano.

**Palavras Chave:** Franz Brentano, Intencionalidade, Consciência

### **Introdução**

Este artigo tem como objetivo estudar o conceito de intencionalidade a partir de um recorte da sua exposição no livro *Psicologia de um Ponto de Vista Empírico* de Franz Brentano. Inicialmente apresentamos um escopo geral dos propósitos de Brentano e sua caracterização dos fenômenos psíquicos. Em seguida introduzimos o problema muito comentado acerca do status ontológico e psicológico da intencionalidade e suas implicações. Após introduzir o problema em linhas gerais, oferecemos uma segunda interpretação do sentido da intencionalidade, especialmente a partir dos comentários de Oskar Kraus à *Psicologia de Brentano*. Ao final destacamos o papel da intencionalidade para a determinação da essência dos atos psíquicos e para a classificação dos fenômenos psíquicos entre si.

---

<sup>1</sup> Graduando de Licenciatura em Filosofia, na Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM), São Paulo, SP, Brasil.

O plano de Franz Brentano para o livro *Psicologia de um Ponto de Vista Empírico* (PES) era dividi-lo em seis, como ele propôs na primeira edição em 1874. O primeiro livro visaria acerca da discussão sobre a psicologia como uma ciência, o segundo consideraria os fenômenos psíquicos em geral, o terceiro trataria da investigação das características e das leis que governam a representação, o quarto das leis e características do juízo, o quinto das emoções e dos atos da vontade, e o último lidaria com as relações entre corpo e mente e a continuidade da vida psíquica após a desintegração do corpo.<sup>2</sup>

Em 1874 Brentano se torna professor de filosofia na Universidade de Viena, onde completou os dois primeiros livros de sua *Psicologia*, os quais trataram da psicologia como ciência e dos fenômenos psíquicos em geral. Apesar de ministrar inúmeras aulas, escrever muitas outras obras e de não ter deixado de produzir ainda quando perdeu sua visão, Brentano nunca completou o projeto de seus seis livros, pois, além de ter passado por um amadurecimento de seu pensamento, afirma Peter Simons em sua introdução à segunda edição de PES, “Brentano era um professor natural, mas não um produtor natural de livros”.<sup>3</sup> Apenas em 1911 ele publicou a segunda edição da sua *psicologia de um ponto de vista empírico*, sobre o título “*Da Classificação dos Fenômenos Psíquicos*”.

O propósito inicial de Brentano na sua *Psicologia* estava em estabelecer a psicologia como uma ciência autônoma com seu objeto, método e valor próprio irreduzível a nenhum outro campo investigativo das ciências. Visto que toda ciência particular se especifica pelo seu objeto, antes de tudo era necessário definir o objeto que concerne às investigações psicológicas. A distinção entre o objeto das ciências da natureza e da psicologia é concebida como uma diferença entre fenômenos. Os fenômenos se dividem em duas classes: físicos e psíquicos. Restava ainda identificar a diferença específica que assinala a distinção fundamental entre um e outro tipo de fenômeno, ou seja, aquele aspecto próprio dos fenômenos psíquicos. Brentano oferece seis características para

---

<sup>2</sup> PES, 1995, Intro., p. xxvii, tradução minha

<sup>3</sup> Ibid., Introdução à segunda edição, p. XV

alcançar uma unidade a respeito do conceito de fenômeno psíquico.<sup>4</sup> No entanto, neste artigo destacaremos somente a característica da intencionalidade que é comum a todo fenômeno psíquico e que demarca a sua diferença específica. A bem conhecida passagem na qual Brentano anuncia a intencionalidade, ou a in-existência intencional, como característica comum a todo fenômeno psíquico encontra-se no livro dois da *Psicologia de um Ponto de Vista Empírico*, seção cinco, *O que é característico dos fenômenos psíquicos é a sua referência a um objeto*, onde ele diz:

Todo fenômeno psíquico é caracterizado pelo que os escolásticos da Idade Média chamaram de in-existência intencional (ou ainda mental) de um objeto, e que nós, embora com uma expressão não completamente unívoca, nomearemos, “a referência a um conteúdo”, “o direcionamento a um objeto” (no qual aqui não se entende uma realidade), ou “a objetividade imanente”. Todo fenômeno psíquico contém em si algo como objeto, embora não do mesmo modo. Na representação algo é representado, no juízo algo é reconhecido ou recusado, no amor algo é amado, no ódio, odiado, no desejo, desejado, e assim por diante. (BRENTANO, PES, Livro II, Cap. I, §5, p. 88, tradução minha)

Essa passagem, contudo, é alvo de críticas especialmente devido ao modo não unívoco de Brentano se expressar e se tornou condição de possibilidade para controversas e problematizações sobre Brentano e sua tese da intencionalidade. Uma das consequências possíveis é uma forte

---

<sup>4</sup> As seis determinações são, conforme a ordem: (I) Todo fenômeno psíquico ou é uma representação ou tem uma representação por sua base; (II) Os fenômenos físicos são todos extensos, enquanto os fenômenos psíquicos não parecem possuir extensão; (III) Os fenômenos psíquicos são caracterizados pelo que os escolásticos da Idade Média chamavam de in-existência intencional de um objeto, ou ainda, os fenômenos psíquicos são aqueles que contêm algo em si como objeto, ou seja, se referem a algo como objeto, embora não do mesmo modo; (IV) Os fenômenos psíquicos são percebidos na percepção interna, de modo evidente e imediato, enquanto os fenômenos físicos são percebidos somente na percepção externa; (V) Os fenômenos psíquicos existem real e verdadeiramente, os fenômenos físicos somente existem fenomênica e intencionalmente; (VI) Os fenômenos psíquicos, apesar de sua multiplicidade, sempre aparecem para nós como uma unidade, enquanto os fenômenos físicos, embora sejam percebidos ao mesmo tempo, não aparecem para nós como partes de um único fenômeno.

tendência ao psicologismo, pois, como afirma Huemer (2019), a passagem na qual Brentano caracteriza todo fenômeno psíquico pela intencionalidade claramente sugere que os objetos intencionais que nós estamos direcionados são partes do ato psicológico.<sup>5</sup> Os seus alunos também não o pouparam de críticas e correções terminológicas e teóricas para o desenvolvimento autônomo de seus próprios pensamentos. Dentre os alunos que o criticaram, encontra-se, por exemplo, Husserl, que, na sua V investigação, afirma que expressões como objetividade imanente e in-existência intencional ou mental sugerem, dentre outras, uma má interpretação de acordo com a qual a relação da consciência com um objeto se trataria de uma relação entre duas coisas que poderiam de igual modo ser realmente encontradas na consciência, o ato e o objeto intencional.<sup>6</sup> Como veremos, estes são problemas que concernem especialmente ao status ontológico do objeto intencional. Mas de fato que a partir dos dados da percepção interna nós podemos concluir evidentemente que sempre nos deparamos com dois termos na chamada relação intencional da consciência, o ato psíquico e aquilo para o qual o ato está direcionado, como o ato de representar e o que é representado, o querer e o que é querido, o amor e o que é amado, o negar e o que é negado, o afirmar e o que é afirmado, o odiar e o que é odiado e assim por diante. Não obstante são atribuídos dois status à intencionalidade brentaniana, o status ontológico, segundo o qual “todo fenômeno psíquico contém em si algo como objeto”, e o status psicológico, segundo o qual “todo fenômeno psíquico se refere a algo como objeto”. A seguir trataremos deste duplo status e suas implicações no sentido previamente apresentado acima.

### **O problema do status ontológico e psicológico da intencionalidade**

Antes não seria demais ressaltar que o termo intencional, intencionalidade ou intenção não deve ser compreendido aqui no sentido da linguagem comum, onde dizemos coisas como “há boas e más intenções na ação”, “há sempre segundas intenções”, etc. A palavra intencional origina-se

---

<sup>5</sup> HUEMER, Wolfgang. Franz Brentano. Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2019. Disponível em:

<https://plato.stanford.edu/entries/brentano/>

<sup>6</sup> Investigações Lógicas, V, cap. II, §11, p. 319

do latim *tendere* que significa direção-a, no sentido de que estamos direcionados para algo como uma flecha que aponta para o seu alvo, donde não ser difícil reconhecer a caracterização psicológica dos atos psíquicos enquanto intencionais, ou seja, enquanto estão direcionadas a certas objetividades de um modo ou de outro. Mas o sentido de intencional ainda tem suas raízes atribuídas a Aristóteles, especialmente pela passagem em seu tratado *Perí psychés*, vertido no latim como *De Anima* e traduzido no português como *Da Alma*, onde é afirmado que *no geral e em relação a toda percepção sensível, é preciso compreender que o sentido é o receptivo das formas sensíveis sem a matéria.*<sup>7</sup> Em linhas gerais isso significa que o sentido recebe, por exemplo, o vermelho, sem que ele mesmo se torne vermelho, pois ele recebe apenas a forma sensível, sem a matéria do objeto. Essa tese é recebida por Tomás de Aquino em encontro com a distinção de Avicena entre a percepção da forma e a percepção da intenção, onde a forma é a coisa que o sentido externo percebe primeiro e em seguida o sentido interno, e a intenção é a coisa que a alma percebe, com base nos sensíveis, sem que o sentido externo tenha percebido antes. Apesar de não encontrarmos em Aristóteles as distinções feitas por Avicena, Santo Tomás entende que a forma é recebida sem a matéria porque ela tem um modo de ser distinto daquele da coisa sensível, enquanto na última ela tem um modo de ser natural, no sentido ela tem um ser intencional ou espiritual. Portanto, intencionalidade, neste último sentido apresentado, diz respeito ao modo de ser específico do objeto “no” intelecto. O que não significa, por conseguinte, que o objeto seja *real* no intelecto, pois, trata-se, com efeito, de outro sentido em que se diz o ente.

Não obstante, é atribuído dois status à intencionalidade brentaniana, um ontológico e outro psicológico. A problemática inicia especialmente a partir das considerações acerca do termo *inexistência intencional*, onde o prefixo “in” não designa a negação da existência, mas uma localização, um ser em. Ora, de certo que pensar é pensar algo, portanto, assim como todo ato psíquico, o ato de pensar tem um objeto intencional. Porém, como coloca Jacquette, onde o objeto do pensamento, do desejo, do juízo e de todos os atos estão localizados? Segundo Jacquette, a

---

<sup>7</sup> De Anima, 2006, II, 12, 424a16, p. 101

resposta de Brentano é que os objetos estão contidos na experiência psicológica como parte do ato. Todo ato psíquico tem o seu objeto intencional, porém, por virtude de sua in-existência intencional, o objeto intencional estaria contido no próprio ato.

Brentano, no entanto, não especifica que tipo de coisas os objetos intencionais deveriam ser. Pior, ele parece sugerir que os objetos intencionais do pensamento estão realmente contidos neles, como pertencentes aos atos psicológicos pelos quais eles são intentados. Esta é a chamada tese inicial da intencionalidade imanente ou in-existência intencional na Psicologia de Brentano. (JACQUETTE, Dale, *The Cambridge Companion to Brentano*, p. 102, 2014, tradução minha)

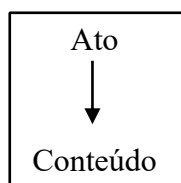
O problema é que se os objetos intencionais estão localizados na experiência psicológica como conteúdo de atos, como parte dos mesmos em sentido espacial, então o objeto intencional do amor, isto é, aquilo que é amado, está contido de modo imanente no próprio ato de amar, assim como o objeto intencional do desejo está contido no ato de desejar e o objeto intencional do juízo contido imanentemente no ato psicológico individual de julgar. Mas há ainda o segundo status da intencionalidade, o psicológico, que, neste sentido, parece entrar definitivamente em conflito direto com o primeiro. O segundo status é aquele que mais predominou entre os discípulos de Brentano e as correntes filosóficas posteriores até as atuais, embora nem todos concordem com a declaração de Brentano de que a intencionalidade é o que determina a essência dos fenômenos psíquicos e nem com seu status ontológico.

O status psicológico da intencionalidade trata da característica da mente de referir-se a algo, ser acerca de algo ou ter algo diante de si como objeto. Todo ato psíquico é acerca de algo, seja este o amado, o odiado, o pensado, o imaginado ou o desejado. Portanto, segundo o status predominante, a consciência pode ser definida como a relação entre dois termos, o sujeito (ato) e o objeto (aquilo que é pensado, afirmado, negado, querido, desejado, amado, odiado, etc.). Neste sentido, a primeira tese brentaniana da intencionalidade poderia ser definida nos mesmos termos

que Jacquette nos oferece, como a descrição de uma relação intencional entre o ato psíquico e seu objeto intencional.<sup>8</sup> Mas, como vimos, segundo Jacquette, Brentano considera que os objetos intencionais estão contidos imanentemente no próprio ato psíquico individual como conteúdo interno destes. Logo, de acordo com Jacquette a intencionalidade poderia ser basicamente representada por meio dos dois diagramas abaixo:

1) Ato psíquico → Objeto intencional do ato

2) Pensamento



É especialmente neste ponto que alguns problemas óbvios a respeito da tese da intencionalidade emergem, pois se o objeto intencional existe de algum modo na mente daquele que pensa, julga, ama ou odeia e o que especifica os fenômenos psíquicos é a sua “referência a um conteúdo”, “o direcionamento a um objeto”, então parece que os atos psíquicos se referem a objetos que estão na mente, ou ainda, parece que estamos nos referindo somente aos objetos imanentes que existem como parte dos próprios atos, ou seja, enquanto seu conteúdo. Não obstante Jacquette afirma que a maior dificuldade com a tese brentaniana da intencionalidade é que *ela parece colocar o mundo real além do alcance do pensamento*.<sup>9</sup>

Podemos destacar dois problemas nesse modo de conceber a intencionalidade. Primeiro, aquilo que eu penso, julgo, amo ou odeio, ou, aquilo para o qual o meu ato se refere, é algo que existe em minha mente, e, sendo assim, nas últimas considerações eu não amo uma pessoa e nem

<sup>8</sup> 2014, p. 100

<sup>9</sup> Ibid., p. 107

vejo algo, mas um objeto imanente, algo que faz parte do ato e que está contido no mesmo. Segundo, duas pessoas nunca podem operar juízos acerca de um mesmo objeto e nem amar ou odiar a mesma coisa, porque seus atos estão direcionados para objetos contidos intencionalmente no ato psíquico individual de cada um. Tampouco, portanto, seria possível a comunicação entre dois indivíduos distintos, visto que cada sujeito particular estaria enclausurado em suas próprias vivências individuais. A dificuldade de conceber essa teoria não é incomum, pois, como Brandl aponta, há duas principais objeções interpretativas direcionadas à tese da intencionalidade de Brentano:

1) A primeira é designada como objeção do absurdo, uma interpretação que se coloca contra o princípio de imanência que considera os objetos intencionais como os dados imediatos da percepção, pois, sendo assim, as entidades que percebemos e conhecemos seriam somente os objetos que existem na mente, enquanto partes do ato, visto que a mente não se dirige para as próprias coisas, mas para representações que temos delas;

2) A segunda objeção dirige-se para a aparente insuficiência da tese da intencionalidade de Brentano em explicar como alguns de nossos atos são direcionados a objetos que existem na realidade e outros para objetos que não existem. De acordo com essa segunda objeção, a intencionalidade deveria ser capaz de explicar a referência intencional da consciência ao objeto, porém, o sentido ontológico do termo “intencional” diminui o seu sentido psicológico de referência a algo, pois parece que quando alguém olha, por exemplo, para uma árvore, ela está realmente olhando para um objeto imanente.<sup>10</sup>

Entretanto, encontramos na Psicologia de um ponto de vista empírico uma nota escrita por Oscar Kraus à referida passagem de Brentano, onde ele acrescenta que in-existência intencional deveria ser interpretado como uma descrição ainda imprecisa acerca do fato de que nós temos algo como objeto, isto é, que nós estamos mentalmente envolvidos com algo, nos referimos àquilo, ou

---

<sup>10</sup> 2005, p. 169



ainda, que nós estamos conscientes de algo ou que há algo diante da mente como objeto, e não como um modo de ser da coisa na consciência ou como propriedade de um certo tipo de objeto.<sup>11</sup>

### **Intencionalidade enquanto uma descrição da consciência**

O conceito de intencionalidade recebido por Brentano está associado com as suas concepções acerca da percepção, assim como o sentido que originou a intenção está ligada com a teoria da percepção receptiva de Aristóteles. No entanto, o único modo que as qualidades sensíveis podem ser na consciência é como objeto de um ato psíquico real, sendo a percepção sensitiva um modo básico de intencionalidade. A qualidade sensível é recebida no ato psíquico como seu correlato intencional, porém, ela não é real no sujeito que percebe, pois o único modo que ela pode ser nele é intencionalmente, ou seja, como objeto de um ato psíquico real que lhe tem como seu correlato. Os atos recebem as qualidades que, ao serem recebidas, tornam-se objeto do ato psíquico e passam a ser “na” consciência para alguém que se relaciona com aquilo de diferentes modos, ou seja, amando, pensando, etc. O modo que elas são “na” consciência é, justamente, o intencional, isto é, como objeto de um ato psíquico real. O status ontológico da intencionalidade, por sua vez, está associado com a noção de modificação no ser do objeto que se encontra localizado “na” consciência, entretanto, ele não trata propriamente de um problema acerca da localização do mesmo, mas mais propriamente de uma forma de existência modificada, um modo de ser intencional do objeto na consciência. O objeto intencional não está contido no ato no mesmo sentido que um sapato está contido numa caixa. Isso apenas significa, pois, que o ato sempre tem um objeto intencional como seu correlato. Pensar é necessariamente pensar em algo, desejar é necessariamente desejar algo, julgar é necessariamente afirmar ou negar algo, etc. O que podemos afirmar é que nós estamos conscientes, de certos modos, de algo que está objetivamente dado na consciência como objeto de um certo ato psíquico real.

O sentido que Brentano utiliza o termo “consciência” está intrinsecamente conectado com a característica distintiva e geral dos fenômenos psíquicos, isto é, a intencionalidade ou in-

---

<sup>11</sup> PES, 1995, Livro II, cap. I, p. 89, §5, 11; 12.

existência intencional.<sup>12</sup> No entanto, como afirma Kraus, uma vez que Brentano falava de “referência intencional” era fácil interpretá-lo dizendo que a relação intencional era entre o sujeito que pensa em algo e o objeto que, de algum modo, existe na mente daquele que pensa, e, sendo assim, começaram a falar de in-existência mental do objeto.<sup>13</sup> Quando Brentano afirma que podemos definir todo fenômeno psíquico pelo que os escolásticos da idade média chamaram de in-existência intencional do objeto, o que estava em jogo era se pertence ou não à essência de todo fenômeno psíquico ser consciência de algo, isto é, ter algo como objeto. A intencionalidade é, neste sentido, a determinação da essência dos fenômenos psíquicos, a sua diferença específica dentro das duas classes gerais de fenômenos, enquanto o aspecto mais comum de todo e qualquer fenômeno psíquico: ser consciente de algo.

Todavia a intencionalidade não se limita a explicar a relação do ato com um objeto, mas também opera um papel para explicar a autoconsciência que acompanha todos os atos psíquicos. Na mesma medida em que estamos conscientes de algo, estamos conscientes de que estamos conscientes, pois, ao mesmo passo em que a percepção externa capta o fenômeno físico da qualidade sensível, a percepção interna capta o próprio ato. No entanto, essa última percepção acompanha a percepção externa do fenômeno físico. Ambas, a percepção externa do fenômeno físico e a percepção interna do próprio ato que se refere àquilo, ocorrem simultaneamente. Entretanto, a consciência do ato em si é uma percepção adicional e acidental do próprio ato, e, portanto, ela não se refere a nenhum ato a parte daquele. A consciência de algo como objeto e a consciência do próprio ato, por conseguinte, são um e o mesmo ato e só podem ser distinguidos conceitualmente. Mas visto que a consciência está direcionada tanto para o fenômeno físico quanto para o fenômeno psíquico, Brentano distingue dois objetos do ato: o primeiro é o objeto primário, o fenômeno físico para o qual o ato se refere; o segundo é o objeto secundário, o fenômeno psíquico direcionado a si mesmo.

---

<sup>12</sup> Ibid., Livro II, cap. II, §1, p. 102

<sup>13</sup> Ibid., Intro. II, p. 373

Por conseguinte, todos os fenômenos psíquicos são conscientes, pois em todo caso eles incluem a consciência adicional e acidental de si próprios como objeto secundário e também daquele algo que temos consciência como objeto primário. Sendo assim, por outro lado, todo fenômeno psíquico envolve uma complexibilidade, pois um simples ato psíquico inclui tanto a representação de algo como objeto primário quanto a representação do próprio ato como seu objeto secundário. Além disso, um simples ato inclui consigo não somente uma representação, mas um juízo e uma afetividade direcionados ao próprio ato. Porém, se nos lembrarmos da sexta característica oferecida nos será esclarecido que *os fenômenos psíquicos, apesar de sua multiplicidade, sempre aparecem para nós como uma unidade*.<sup>14</sup>

### **Intencionalidade como princípio para a classificação dos fenômenos psíquicos**

A consciência possui uma unidade, isto é, a unidade de múltiplos fenômenos psíquicos existindo simultaneamente. As múltiplas atividades psíquicas são partes da unidade complexa da consciência. Quando falamos de unidade e complexibilidade da consciência falamos da relação do todo e de suas partes, a qual se manifesta nos seguintes momentos: (i) todo ato psíquico envolve a consciência do próprio ato como seu objeto secundário; (ii) podemos amar ou odiar algo que vemos e pensar a respeito de algumas atividades psíquicas, logo, múltiplos atos podem se referir ao mesmo objeto; (iii) os sons que ouvimos aparecem junto com as várias cores que vemos, pois ouvimos e enxergamos ao mesmo tempo, portanto, vários atos com objetos distintos podem coexistir.

Uma das tarefas iniciais nas investigações de Brentano em sua Psicologia foi delimitar quais são as tarefas que concernem a investigação psicológica e quais concernem às investigações fisiológicas ou psicofisiológicas. No entanto, para Brentano era óbvio que a tarefa da psicologia enquanto uma ciência pura e exata é determinar os elementos básicos da consciência humana e os

---

<sup>14</sup> PES, 1995, Livro II, cap. I, §8, p. 96

modos que eles estão ligados para a composição do todo.<sup>15</sup> Mas ele também precisou separar essa tarefa que mais tarde será assinalada à psicognose ou psicologia descritiva da tarefa da psicologia genética, onde se investiga as condições causais as quais um fenômeno psíquico particular está sujeito. Ao propor em PES uma classificação dos fenômenos psíquicos em três classes fundamentais Brentano procurava estabelecer as partes básicas e fundamentais da consciência as quais, a partir da sua combinação, se obtém a complexibilidade dos estados psíquicos. A consciência, portanto, é uma totalidade composta de diferentes partes que estão todas presentes nela, porém, de modo análogo às coisas do espaço, a consciência possui partes que podem ser realmente separadas umas das outras.

Na Psicologia, Brentano estabeleceu que a consciência é composta de duas partes realmente separáveis, as reciprocamente separáveis, como o ato de ver e ouvir, e as unilateralmente separáveis, as quais correspondem às três classes fundamentais de fenômenos psíquicos, a representação, o juízo e os afetos ou fenômenos de amor e ódio. É possível continuar ouvindo sem enxergar, assim como é possível continuar enxergando sem ouvir. Porém, é impossível pensar em um ente psíquico real provido somente da faculdade do juízo sem que este possua igualmente a da representação, pois o juízo afirma ou nega o que é apresentado pelo ato de representar.

A classificação dos fenômenos psíquicos é realizada segundo as diferenças nos modos de referir-se ao objeto, ou ainda, a partir das diferenças no tipo de intenção. O que inicia como a característica que distingue os fenômenos psíquicos dos físicos vem a ser o que fundamenta a classificação e determinação de três classes fundamentais de referência da consciência ao objeto. Pois as distinções no modo de referência do ato constituem diferenças essenciais nos tipos de atividades psíquicas que se apresentam na experiência consciente, e, assim, na medida em que Brentano classifica os fenômenos psíquicos em três grandes classes, ele distingue três tipos fundamentalmente diferentes de modalidades de referência da consciência.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Ibid., Livro I, cap. I, §1, p. 7

<sup>16</sup> Ibid., Livro II, cap. VI, §2, p. 197

Portanto, um ato não se diferencia de outro pela representação que contém, pois um e outro podem se direcionar ao mesmo objeto, mas pela diferença no seu modo de referência ao objeto que é apresentado.

Os fenômenos psíquicos, de acordo com a ordem mais natural possível, são divididos em três classes fundamentais, a representação, os juízos e os fenômenos de amor e ódio (a última também é chamada de classe de atitudes emocionais, sentimentos ou movimentos afetivos). Ora, visto o princípio desta classificação, quando Brentano delimitou três classes de fenômenos psíquicos, ele não apenas distinguiu três modalidades de referência fundamentalmente distintas, mas delimitou simultaneamente as únicas três modalidades possíveis de referência da consciência ao objeto. A classificação dos fenômenos psíquicos de acordo com a sua referência a um objeto em três classes é extremamente vantajosa do ponto de vista metodológico, pois, como Brentano escreveu para Kraus em uma carta datada de Setembro de 1909, não é possível haver referência mental a um objeto além destes três modos, e, por meios fictícios, é possível subsumir todos os fenômenos psíquicos sob três classes fundamentais.<sup>17</sup>

Representar significa aqui o mesmo que apresentar um objeto, estar presente ou a diante da consciência como objeto. Brentano, no entanto, entende representação como o ato de representar e não como aquilo que é representado. É importante ressaltarmos, com efeito, a relevância da representação enquanto ato de representar para o que se segue, pois todo fenômeno psíquico é uma representação ou está fundado numa representação, o que significa, por exemplo, que um juízo acerca de uma pedra branca apenas é possível porque este ato se funda no ato de representar que torna possível a apresentação do objeto “pedra branca”. O ato de representar, pois, é o que permite que todos os outros atos psíquicos se refiram, de acordo com seus modos particulares de referência, a um mesmo objeto apresentado. Uma vez que todo fenômeno psíquico pressupõe o ato de representar e está direcionado ao que se apresenta, antes de se estabelecer definitivamente como a primeira classe fundamental de fenômenos psíquicos, a representação já desempenha um papel no

---

<sup>17</sup> Cf. *Ibid.*, Introdução à edição de 1924 de Oscar Kraus, III, p. 386

princípio desta classificação. Visto que o princípio da classificação brentaniana dos fenômenos psíquicos está nas diferenças no modo de referência da consciência ao objeto, se não houver antes a representação tampouco é possível que haja uma classificação dos fenômenos psíquicos de acordo com seus modos específicos de referência. Em suma, damos relevância à lei psicológica segundo a qual *é impossível que um ato da consciência se refira de algum modo para algo que não é representado*. Portanto, a representação forma o fundamento de todos os fenômenos psíquicos e sem ela não seria possível haver nenhum outro fenômeno psíquico ou classificação destes entre si segundo seus modos de referência.

Mas ainda nos resta apresentar em linhas gerais as outras duas classes fundamentais de fenômenos psíquicos que, como ficou claro, dependem da representação e estão fundados nela. Uma vez que os fenômenos psíquicos distinguem-se fundamentalmente entre si pelas diferenças nos modos de referência, o juízo e os fenômenos de amor e ódio não podem ser compreendidos de outra maneira senão segundo os seus modos específicos de referência ao objeto. O juízo pressupõe a apresentação daquilo que o ato de julgar se refere, mas o modo que esta classe de fenômenos se relaciona com o que é apresentado é propriamente o modo judicativo. Quando representamos uma pedra branca, seja na imaginação ou na percepção visual, ainda não operamos nenhum juízo sobre o que é apresentado. O juízo, por sua vez, acrescenta ou tira o ser da pedra branca, afirmando ou negando que a pedra branca é ou que a pedra branca não é. Mas não se trata estritamente de uma junção ou separação de ideias, pois a junção de duas ideias não é necessária para a formação de um juízo, mas unicamente para a formação de uma representação que é pressuposta em todo ato de julgar. Ambas as modalidades de juízo se direcionam ao A como seu objeto, porém, uma afirma e, portanto, aceita e reconhece a sua existência, e outra nega e, portanto, recusa a sua existência. No juízo “pedras brancas existem” o objeto do juízo (afirmativo) é “pedra branca”. Não se trata da junção da propriedade da existência à pedra branca, mas simplesmente da aceitação da pedra branca. Agora, assim como na classe de juízos algo é afirmado ou negado, na terceira classe de fenômenos psíquicos algo é amado ou odiado. Esta classe também inclui toda atitude emocional, atos da vontade e semelhantes. Ressalta-se, então, que o sujeito consciente é capaz de se relacionar

com os objetos de diferentes modos, referindo-se em novos atos àquilo, representando, julgando afirmativa ou negativamente o que se apresenta, amando ou odiando, desejando, sentindo medo, raiva, admiração, respeito e assim por diante.

Uma vez que todos os fenômenos psíquicos pressupõem a representação, toda multiplicidade de atos pressupõe também a identidade do que se apresenta. E, por conseguinte, todos os atos podem se relacionar com o mesmo objeto, porém, não do mesmo modo, mas de acordo com seus modos particulares de referência pelos quais estes são colocados em classes distintas de fenômenos psíquicos. Está claro que o juízo, por exemplo, afirma ou nega aquilo que está sendo apresentado, cujo qual pode ou não ser-lhe atribuído alguma afetividade por parte daquele mesmo que julga, isto é, o sujeito consciente de algo pode se dirigir àquele mesmo algo de modo a amá-lo ou odiá-lo. Do mesmo, se nos perguntassem acerca de uma pedra branca, nós compreenderíamos a pergunta, e o branco, como propriedade da substância pedra, formaria o conteúdo de uma representação na qual se direcionaria ou não um juízo, e ainda se não houvesse nenhuma pedra dada como “objeto exterior”, haveria o objeto intencional ou imanente, e nós falaríamos ou pensaríamos nisso como uma entidade ausente, ainda nos referindo a própria pedra e não a um objeto que existe de algum modo na mente do sujeito.

O juízo, assim como os outros atos, se direciona ao conteúdo de uma representação pressuposta nele, mas o sujeito não está preocupado com algo como uma imagem mental existente “na” consciência, a qual é claramente distinta da coisa, senão com a própria coisa que é dada como objeto correlato do ato psíquico real. Como escreve Brentano em uma carta para Anton Marty, datada de 17 de Março de 1905, quando ele utilizou o termo “objeto imanente” a qualificação “imanente” foi utilizada com o propósito de evitar mau-entendidos, visto que muitos utilizavam o termo “objeto” para se referir ao que existe fora da mente. Ele acrescenta que nunca considerou que o objeto imanente fosse idêntico ao assim chamado “objeto do pensamento”, pois, em sentido estrito, se pensamos, por exemplo, em um cavalo, somente o cavalo pode ser chamado de objeto. Suas palavras são suficientes aqui para ressaltar este contraponto e importantes para introduzir o que se segue, a saber, que na relação intencional apenas é necessária a existência de um dos termos:

o sujeito que pensa em algo, o sujeito consciente. Por fim, então, ressaltamos que o sentido ontológico da intencionalidade deveria ser compreendido enquanto outro sentido de ser objeto, pois o objeto intencional não possui ser real na consciência e enquanto tal não está realmente contido no ato. Ora, a relação intencional do ato é, em primeira instância, uma relação com algo que não é o próprio ato, como no caso da relação dos atos de percepção externa com os fenômenos físicos. O único modo que algo que não seja um fenômeno psíquico pode ser “na” consciência é intencionalmente, ou seja, como correlato objetivo do ato psíquico.

### **A virada reísta e as modificações na relação intencional**

Neste último momento introduziremos em linhas gerais alguns pontos do período denominado no pensamento de Brentano como virada reísta a partir de um recorte do que é exposto na Psicologia de um ponto de vista empírico. Ora, foi dito que todo aquele que pensa, julga, ama, odeia ou deseja, refere-se a algo como seu objeto. De fato, todo aquele que pensa, pensa em algo, assim como todo aquele que ama, ama algo, contudo, para que este seja um conceito unitário, Brentano se encontrou na necessidade de se perguntar pelo significado da palavra “algo”, isto é, o que é este algo que pode ser pensado, afirmado, negado, odiado ou amado? Em última instância, o problema está na seguinte pergunta: é possível admitir uma categoria absoluta na qual podemos inserir tudo o que pode ser pensado, julgado, amado e odiado? O que Brentano delimita como este algo que pode ser objeto do pensamento é, propriamente, uma coisa (res): todos os nossos pensamentos têm uma coisa como seu objeto, e aquele mesmo que pensa pertence entre os seus objetos, pois ele também é uma coisa.

Mas, além disso, Brentano diz que nós devemos ter em conta que todo aquele que pensa está não somente pensando em algo, mas pensando em algo *como* algo. Este segundo “algo” em “algo como algo” não deve ser entendido como o objeto do pensamento, pois alguém que pensa, por exemplo, em um livro, não está pensando nele como o pensamento-de livro, mas simplesmente como livro. Pensamos em algo como algo, por exemplo, em um homem como homem, mas este algo pode ser pensado em termos mais ou menos gerais, como um homem que também pode ser pensado como uma criatura viva. Isso significa, por conseguinte, que uma única ideia pode



representar tanto uma coisa quanto outra, ainda que se trate de indivíduos distintos, como a ideia de um homem pensando, a qual pode se referir tanto a mim quanto a qualquer outro homem que pensa, pensou ou ainda vai pensar. Do mesmo modo, eu posso pensar em Sócrates ora como homem, ora como criatura viva, ora como um filósofo da Grécia Antiga. Segue-se que as diferenciações na coisa não são determinadas por variações no objeto, seja este exterior ou existente de algum modo na mente do sujeito, como explica Kraus, mas do modo que nós estamos envolvidos com algo como algo em um momento e como outro algo em um momento diverso. O processo de “abstração”, neste sentido, também procede da maior para a menor generalização de como nos referimos àquilo.<sup>18</sup> Sendo assim, não somente diversos atos psíquicos podem se referir a um mesmo objeto, mas também o mesmo ato de pensamento pode se referir a uma mesma coisa de múltiplos modos, se referindo a uma mesma coisa no pensamento ora pensando nela como X, ora como Y, ora como Z.

Neste momento Brentano ainda mantém a sua tese de que o que especifica os fenômenos do tipo psíquico é a sua referência a algo como seu objeto ou a intencionalidade. Todavia, além de delimitar uma classe onde tudo o que é pensado, julgado, amado ou odiado pode ser colocado, ele esclarece o sentido de relação que deve ser atribuído àquela da consciência. A referência da consciência a algo como objeto não é, estritamente falando, idêntica a uma relação no sentido comum. A relação é comumente entendida como a relação entre dois termos existentes, por exemplo, o tamanho de um objeto A e outro objeto B. Por outro lado, a relação referencial da consciência não exige a existência real de dois termos A e B, mas somente de um deles: a pessoa que pensa.<sup>19</sup> Não se segue, porém, que a consciência não possa se relacionar com algo que exista, mas somente que não é necessário que aquilo para o qual a consciência se refere exista para que ela possa se relacionar com aquilo. O ato psíquico é sempre real, mas o objeto para o qual o ato se refere não necessariamente, pois, como coloca Kraus: “(...) a existência do objeto da consciência é essencialmente irrelevante para o conceito de consciência.”<sup>20</sup> Na relação referencial da

---

<sup>18</sup> PES, 1995, Intro. II, p. 375 – 376

<sup>19</sup> Ibid., ed. 1911, I, p. 272

<sup>20</sup> Ibid., Intro., II, p. 375, tradução minha

consciência o único que necessariamente é real é aquele que está pensando em algo. Portanto, a consciência não é uma relação no sentido ordinário, mas uma “quase-relação” (*quasi-relation*), porque não é necessário que os dois termos da relação intencional da consciência existam.

### **Considerações finais**

Este artigo apresentou como a intencionalidade desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento da Psicologia e para o pensamento de Brentano de modo geral. É a partir da caracterização dos fenômenos psíquicos pela sua diferença específica que é possível delimitar todos os fenômenos psíquicos, pois tudo o que é psíquico possui este aspecto próprio. O que Brentano faz é determinar a essência de todos os fenômenos psíquicos pela sua diferença específica, isto é, a intencionalidade ou a in-existência intencional como propôs inicialmente.

No entanto, vimos que o sentido do termo in-existência intencional trouxe considerações de que Brentano estava se referindo a uma propriedade de um certo tipo de objetos que, de algum modo (intencionalmente), existem na mente do sujeito que pensa, julga, ama e odeia. Por conseguinte, em acréscimo com seu sentido referencial, tornou-se uma interpretação comum que Brentano estava falando de uma relação intencional entre o ato psíquico e o objeto intencional existente na consciência. E, em acréscimo, tornou-se comum interpretá-lo como se o que ele dissesse é que o objeto está realmente contido no ato psíquico que se refere àquela determinada objetividade.

Por outro lado, vimos que quando Brentano afirmou que todos os fenômenos psíquicos são caracterizados pela in-existência intencional ele estava se referindo ao fato de que todo ato psíquico tem algo como seu objeto e determinando, como bem reconhecerá Husserl, que a essência dos fenômenos psíquicos ou dos atos está na intencionalidade. Os dois status da intencionalidade não são necessariamente contraditórios se considerarmos que se trata de outro sentido de ser objeto. O objeto intencional não está realmente contido no ato como parte real do mesmo. O que se quer dizer é que sempre que há o ato, há também a presença de um objeto intencional visado no ato psíquico. O objeto intencional é sempre correlato de um ato que visa àquela objetividade de um determinado modo específico (ou com diferentes intenções). Não há o ato de julgar sem o que é

afirmado ou negado, o ato de amar sem o que é amado, o ato de odiar sem o que é odiado, o ato de desejar sem o que é desejado, etc. Mas não é necessário que o objeto da relação intencional da consciência exista. O que é necessariamente existente em todos os casos da relação intencional da consciência é, justamente, o ato psíquico que visa a algo como objeto. Portanto, o objeto intencional não necessita ser real nem na consciência e nem fora dela, pois o único necessariamente real em todos os casos é o ato e o único modo que este algo pode ser na consciência é como objeto, ou seja, como correlato intencional de um ato psíquico real que o visa.

Por fim, destacamos que Brentano descrevia um processo fundamental onde algo passa a ser “na” consciência para alguém que pensa naquilo, afirma, nega, ama ou odeia aquilo. Trata-se, com efeito, de um ente psíquico que toma uma mesma coisa como objeto de diferentes atos que se relacionam de modos distintos com aquela coisa. Entretanto, o problema acerca da terminologia de Brentano e do duplo status da intencionalidade constitui-se como um problema real, presente, inclusive, nas investigações lógicas de Edmund Husserl, especialmente no que diz respeito às distinções entre objeto e conteúdo da consciência. E, a partir do que foi apresentado, nos é oferecida, mesmo que apenas inicialmente e em linhas mais gerais, a presença deste problema na Psicologia de Brentano e suas abordagens, interpretações e contraposições.

### **Referência bibliográfica**

BRENTANO, Franz, **Psychology from an Empirical Standpoint**. Tradução em Inglês de Antos C. Rancurello, D. B. Terrell e Linda L. McAlister. International Library of Philosophy, Routledge, 1995.

PORTA, Mario (org.), **Brentano e sua Escola**. São Paulo: Edições Loyola, Coleção leituras filosóficas, 2014.

JACQUETTE, Dale (org.), **The Cambridge Companion to Brentano**. Cambridge University Press, 2004.

ALBERTAZZI, Liliana; LIBARDI, Massimo; POLI, Roberto (org.), **The School of Franz Brentano**. Springer, 1995.

WOORDRUFF, David; THOMASSON, Amie L. (org.), **Phenomenology and Philosophy of Mind**. Clarendon Press, 1º Edição, 2005.

BRANDL, Johannes; TEXTOR, Mark, **Brentano's Theory of Judgement**. Stanford Encyclopedia of Philosophy. First published Wed Nov 22, 2000; substantive revision Fri Nov 23, 2018

Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/brentano-judgement/>

HUEMER, Wolfgang, **Franz Brentano**. Stanford Encyclopedia of Philosophy, First published Wed Dec 4, 2002; substantive revision Wed Jan 30, 2019

Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/brentano/#method>

SILVA, Manuel, **Intencionalidade em Aristóteles? Uma confrontação inicial com a leitura brentaniana de De anima 424a18**. Guairacá - Revista de Filosofia, v. 33, n. 2, 2017.

Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/guaiaraca/article/view/5232>

## **ENSAIOS**

A seção ensaios tem como objetivo: publicar trabalhos dos discentes, nos diversos temas em comunicação, filosofia e tecnologia, utilizando os mais plurais meios de comunicação, resultante, principalmente, dos trabalhos para conclusão de disciplinas. Os trabalhos publicados nessa seção visam fomentar a criatividade, a metodologia e a produção acadêmica da FAPCOM.